



Ângelo Ferreira*

Salvar a língua portuguesa e a identidade distintiva

O Externato de São José em Timor durante a ocupação indonésia

“Para sobreviver a todo este dilúvio organizado foi essencial o Externato de São José (ESJ), em Balide, uma escola cujos fundadores (professores, famílias e alunos) tiveram a coragem de manter em funcionamento a partir de 1976, menos de um ano após a invasão, ensinando em língua portuguesa, contra as orientações oficiais indonésias, até ser encerrada em 1992.”

Defendi no passado dia 24 de março uma tese de doutoramento em Educação na Universidade de Aveiro (Portugal), com orientação do Prof. António Neto Mendes, da Universidade de Aveiro, e do Prof. Onésimo Teotónio Almeida, da Universidade de Brown (Estados Unidos da América), onde se conclui, entre outras coisas, que uma escola aberta em 1976, menos de um ano após a ocupação indonésia, teve uma ação determinante para salvar a língua portuguesa da extinção em Timor.

Durante 24 anos, os timorenses resistiram, em diversas frentes, à potência ocupante, tendo reconquistado a sua independência três anos após o referendo de 1999, realizado sob os auspícios da ONU.

Além da invasão militar e da comprovada violência física e psicológica, o regime indonésio colocou em marcha uma forte ofensiva cultural, num esforço maciço para *indonesiar* a sociedade timorense – garante mais importante, a prazo, de uma efetiva integração na Indonésia.

O ataque cultural desencadeado implicou a utilização de diferentes armas, começando pela proibição/perseguição da língua portuguesa, pela imposição da língua indonésia em todos os domínios da vida social, em especial na administração pública, pelo incentivo às migrações de indonésios para Timor e pela massificação de um sistema educativo que disseminasse rapidamente a *bahasa Indonesia*, a *Sejara Indonesia*, o *Pancasila*, a cultura e os interesses do invasor, em detrimento de tudo aquilo que garantisse aos timorenses uma identidade própria e única, distintiva na região, fronteira de soberania e garante internacional de direito à autodeterminação. No fundo, as autoridades indonésias agiram com a noção clara de que a língua e a cultura, para além de mecanismos de comunicação e encontro, são baluartes da identidade cultural de um povo e da sua soberania. Convencendo os mais jovens da sua pertença indonésia levaria a que o problema da rejeição se resumisse aos mais velhos e se resolvesse em pouco tempo.

Para sobreviver a todo este dilúvio organizado foi essencial o Externato de São José (ESJ), em Balide, uma escola cujos fundadores (professores, famílias e alunos) tiveram a coragem de manter em funcionamento a partir de 1976, menos de um ano após a invasão, ensinando em língua portuguesa, contra as orientações oficiais indonésias, até ser encerrada em 1992. Dois padres timorenses, percebendo rapidamente que a violência do invasor não seria apenas física e psicológica, mas também cultural, decidiram abrir aquela escola com o objetivo de preservar uma identidade timorense distintiva, mantendo viva a língua portuguesa, mas também uma cultura mista, desde os aspetos da cultura popular à cultura mais erudita, forjada ao longo de séculos no convívio entre a cultura portuguesa e as culturas timorenses.

Contra as imposições indonésias e correndo sérios riscos, Leão da Costa e Domingos da Cunha, apoiados numa comunidade que partilhava os mesmos objetivos, garantiram o funcionamento de uma escola que ensinava em língua portuguesa e com o currículo português adaptado, por exemplo no que dizia respeito à história e à geografia, já despido da maioria dos assuntos portugueses, ainda que falando do encontro ocorrido no século XVI. Rejeitaram, assim, o currículo oficial obrigatório, que era mais restritivo e pobre, limitando-se, por exemplo, à língua indonésia e algum inglês, enquanto no Externato se ensinavam várias línguas europeias (inglês, francês, alemão, italiano, latim e grego), ou à história dos feitos indonésios, enquanto em Balide se aprofundava a história universal. Em vez do *Pancasila* das escolas estatais, cujos valores apreçados eram assassinados no dia-a-dia pela prática dos militares e das autoridades indonésias, o Externato

dava acesso à filosofia ocidental e apostava numa formação coerente para os valores humanistas. O acordo estratégico com o Seminário de Nossa Senhora de Fátima, cujo reitor e espiritual eram, respetivamente, os padres jesuítas portugueses João Felgueiras e José Alves Martins, foi visionário ao educar os seminaristas em turmas mistas (rapazes e raparigas), garantindo ainda uma melhor rentabilização dos recursos docentes partilhados e um impacto mais abrangente de uma formação de qualidade em língua portuguesa.

Este ensino abrangente e de qualidade teve um claro impacto na formação de profissionais, assim como na formação de cidadãos com acentuada consciência política e da sua identidade distintiva. Os seus antigos alunos foram-se notabilizando na luta pela independência e, depois, na edificação do novo estado-nação. O estudo evidencia que a escola, ao formar, entre 1976 e 1992, uma nova geração que dominava a língua portuguesa com mestria, contribuiu para fortalecer os laços intergeracionais entre os timorenses, entre aqueles que haviam sido educados em português antes da invasão – nomeadamente os guerrilheiros que constituíram a Frente Armada nas montanhas e matas de Timor e aqueles que eram na diáspora a Frente Diplomática da luta – e os jovens que agora cresciam sob o jugo do invasor, organizando-se mutuamente para lutar, em português, pela preservação da sua identidade cultural e pela sua independência. Afinal, a língua portuguesa não era apenas uma reminiscência do passado, mas um testemunho forte da união dos timorenses e da sua identidade, um instrumento poderoso de afirmação do seu direito à dignidade, à autodeterminação.

Não será acidental que ali tenham nascido os principais movimentos clandestinos, responsáveis por uma ligação efetiva entre a guerrilha, a diáspora e a comunidade internacional, mas também pela organização das principais manifestações de descontentamento face à ocupação, como a que ocorreu frente ao Papa João Paulo II em 1989 ou a que acabou no violento Massacre de Santa Cruz em 1991, decisivas para colocar a opinião pública mundial a favor da causa timorense. Foi ali que se nasceu o próprio Comité Executivo da Frente Clandestina e se elegeram os seus primeiros dirigentes.

Os padres Leão da Costa e Domingos da Cunha souberam resistir à pressão para fechar a escola e acabar com o ensino em língua portuguesa, inclusive da nunciatura em Jacarta, assim como souberam evitar a conotação da escola com as atividades políticas contra a Indonésia, dando de bandeja motivo às autoridades para ações mais musculadas. A sua retirada da escola acabou por fragilizá-la e, em 1992, alguns meses depois do referido massacre no cemitério de Santa Cruz, as autoridades usaram o argumento de que os agitadores eram seus alunos e professores para a fechar.

Creio que se pode dizer, sem exagero, que esta escola foi a quarta frente da Resistência timorense, a Frente Cultural, tendo sido determinante para salvar a língua portuguesa em Timor-Leste e, assim, uma identidade cultural distintiva na região.

¹ Curiosamente, concluí a tese no dia 7 de dezembro de 2020, 45 anos depois da invasão indonésia. Quando fui contar o número de palavras percebi que eram 250 mil, simbolicamente uma por cada timorense morto por causa da invasão.